



QUANTITATIVO DE SOBRESTADOS (POR TEMA)* REPERCUSSÃO GERAL - STF

Atualização 30.11.2018

TEMA	LEADING CASE	DESCRIÇÃO	SOBRESTADOS
6	RE-566471	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	26
16	RE-643247	Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	9
19	RE-565089	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	1
22	RE-560900	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	3
72	RE-576967	Inclusão do salário-maternidade na base de cálculo da Contribuição Previdenciária incidente sobre a remuneração.	1
100	RE-586068	a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional.	34
111	RE 970343	Aplicabilidade imediata do art. 78, § 2º, do ADCT para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar.	10
123	RE 948634	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	37
150	RE-593818	Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base.	81
157	RE-729744	Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito.	1
163	RE-593068	Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.	1
176	RE-593824	Inclusão dos valores pagos a título de “demanda contratada” na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	155
210	RE-636331	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	7
218	RE-588954	Direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa.	4



TEMA	LEADING CASE	DESCRIÇÃO	SOBRESTADOS
220	RE-592581	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.	13
231	RE-597092	Seqüestro de recursos financeiros do Estado no caso de parcelamento compulsório de precatório.	4
247	RE-603497	Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil.	23
249	RE-627106	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.	17
261	RE-581947	Cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica.	1
262	RE 605533	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	16
264	RE-626307	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	19.754
265	RE-591797	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	19.754
284	RE-631363	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.	19.754
285	RE-632212	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	19.842
296	RE 784439	Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.	13
299	RE-635688	Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente.	9
300	RE-603136	Incidência do ISS sobre os contratos de franquia.	1
309	RE-656558	Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa.	6



TEMA	LEADING CASE	DESCRIÇÃO	SOBRESTADOS
327	RE-1067086	Inscrição de Município no SIAFI/CADIN sem o prévio julgamento de Tomada de Contas Especial.	1
346	RE-601967	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS.	7
360	RE-611503	Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil.	208
362	RE-608880	Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido.	4
381	RE-630852	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	52
382	RE-603917	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.	22
395	RE-638115	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	2
415	ARE-638550	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	72
441	RE-660968	Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.	2
445	RE-636553	Obrigatoriedade de o Tribunal de Contas da União – TCU observar os princípios do contraditório e da ampla defesa no exame da legalidade de atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões, após o decurso do prazo de cinco anos.	52
452	RE-639138	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	58
456	RE-598677	Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	4
475	RE 754917	Extensão da imunidade relativa ao ICMS para a comercialização de embalagens fabricadas para produtos destinados à exportação.	6
486	RE-607107	Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor.	7



TEMA	LEADING CASE	DESCRIÇÃO	SOBRESTADOS
487	RE-640452	Caráter confiscatório da “multa isolada” por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.	4
490	RE-628075	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal.	14
493	RE-523086	Promoção de professor à classe superior a que pertence.	1
499	RE-612043	Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil.	159
500	RE-657718	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	5
503	RE-661256	Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.	1
506	RE-635659	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal.	49
508	RE-600867	Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.	3
519	RE-659172	Seqüestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.	3
520	ARE-665134	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização.	1
523	RE-666156	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.	9
526	RE 883168	Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.	9
533	ARE-660861	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	11
542	RE 842844	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.	12



TEMA	LEADING CASE	DESCRIÇÃO	SOBRESTADOS
545	RE 716378	Extensão da estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT a empregados de fundação privada.	2
548	AI-761908	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.	32
551	ARE-646000	Extensão de direitos concedidos aos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	2
558	RE-678360	Compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.	1
576	RE 976566	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	9
581	RE-651703	Incidência do ISS sobre atividades desenvolvidas por operadoras de planos de saúde.	1
590	RE-688223	Incidência de ISS sobre contratos de licenciamento ou de cessão de programas de computador (software) desenvolvidos para clientes de forma personalizada.	2
598	RE 840435	Sequestro de verbas públicas para pagamento de crédito a portador de moléstia grave sem observância à regra dos precatórios.	1
599	RE-687813	Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.397/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva.	9
600	RE-710293	Equiparação do auxílio-alimentação de servidores públicos pertencentes a carreiras distintas, com fundamento no princípio da isonomia.	3
606	RE-655283	a) reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos; b) competência para processar e julgar a ação em que se discute a reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos.	1
619	RE-662976	Aproveitamento, nas operações de exportação, de créditos de ICMS decorrentes de aquisições de bens destinados ao ativo fixo da empresa.	26
622	RE 898060	Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.	7
624	RE 843112	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	7
633	RE-704815	Direito ao creditamento, após a Emenda Constitucional 42/2003, do ICMS decorrente da aquisição de bens de uso e de consumo empregados na elaboração de produtos destinados à exportação, independentemente de regulamentação infraconstitucional.	69



TEMA	LEADING CASE	DESCRIÇÃO	SOBRESTADOS
642	RE 1003433	Definição do legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.	1
661	RE-625263	Possibilidade de prorrogações sucessivas do prazo de autorização judicial para interceptação telefônica.	2
683	RE-766304	Reconhecimento de direito à nomeação de candidato preterido, quando ajuizada a ação após o prazo de validade do concurso.	1
698	RE-684612	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	14
745	RE-714139	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.	91
758	RE-776823	Necessidade de condenação com trânsito em julgado para se considerar como falta grave, no âmbito administrativo carcerário, a prática de fato definido como crime doloso.	117
777	RE 842846	Responsabilidade civil do Estado em decorrência de danos causados a terceiros por tabeliães e oficiais de registro no exercício de suas funções.	13
786	ARE 833248	Aplicabilidade do direito ao esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares.	2
788	ARE 848107	Termo inicial para a contagem da prescrição da pretensão executória do Estado: a partir do trânsito em julgado para a acusação ou a partir do trânsito em julgado para todas as partes.	2
796	RE 796376	Alcance da imunidade tributária do ITBI, prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição, sobre imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, quando o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado.	4
808	RE 855091	Incidência de imposto de renda sobre juros de mora recebidos por pessoa física.	1
809	RE 878694	Validade de dispositivos do Código Civil que atribuem direitos sucessórios distintos ao cônjuge e ao companheiro.	1
810	RE 870947	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.	113
816	RE 882461	a) Incidência do ISSQN em operação de industrialização por encomenda, realizada em materiais fornecidos pelo contratante, quando referida operação configura etapa intermediária do ciclo produtivo de mercadoria. b) Limites para a fixação da multa fiscal moratória, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	60
822	RE 888815	Possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal.	1



TEMA	LEADING CASE	DESCRIÇÃO	SOBRESTADOS
825	RE 851108	Possibilidade de os Estados-membros fazerem uso de sua competência legislativa plena, com fulcro no art. 24, § 3º, da Constituição e no art. 34, § 3º, do ADCT, ante a omissão do legislador nacional em estabelecer as normas gerais pertinentes à competência para instituir o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, nas hipóteses previstas no art. 155, § 1º, III, a e b, da Lei Maior.	4
832	RE 865401	Direito de vereador, enquanto parlamentar e cidadão, a obter diretamente do chefe do Poder Executivo informações e documentos sobre a gestão municipal.	1
835	RE 848826	Definição do órgão competente, se o Poder Legislativo ou o Tribunal de Contas, para julgar as contas de Chefe do Poder Executivo que age na qualidade de ordenador de despesas.	1
837	RE 662055	Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.	5
839	RE 817338	a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999. b) Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 8º do ADCT.	1
863	RE 736090	Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	13
864	RE 905357	Existência, ou não, de direito subjetivo a revisão geral da remuneração dos servidores públicos por índice previsto apenas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sem correspondente dotação orçamentária na Lei Orçamentária do respectivo ano.	1
865	RE 922144	Compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro (CF/88, art. 5º, XXIV) com o regime de precatórios (CF/88, art. 100).	1
881	RE 949297	Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.	8
897	RE 852475	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	23
899	RE 636886	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.	2
903	RE 847429	a) Possibilidade de delegação, mediante contrato de concessão, do serviço de coleta e remoção de resíduos domiciliares; b) Natureza jurídica da remuneração do serviço de coleta e remoção de resíduos domiciliares prestado por concessionária, no que diz respeito à essencialidade e à compulsoriedade.	15



TEMA	LEADING CASE	DESCRIÇÃO	SOBRESTADOS
907	RE971959	Constitucionalidade do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro.	3
918	RE 940769	Inconstitucionalidade de lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa ou per capita em bases anuais na forma estabelecida pelo Decreto-Lei n. 406/1968 (recepcionado pela Constituição da República de 1988 com status de lei complementar nacional).	1
933	ARE 875958	Balizas constitucionais para a majoração de alíquota de contribuição previdenciária de regime próprio de previdência social.	5
937	ARE 999425	Constitucionalidade do crime previsto no art. 2º, inc, II da Lei n. 8.137/1990.	17
941	RE 972598	Possibilidade de afastar-se o prévio procedimento administrativo disciplinar – PAD, ou suprir sua eventual deficiência técnica, na hipótese de oitiva do condenado em audiência de justificação no juízo da execução penal, realizada na presença do ministério público ou defensor.	3
942	RE 1014286	Possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.	6
958	RE 936790	Aplicação do art. 2º, § 4º, da Lei federal n. 11.738/2008, que dispõe sobre a composição da carga horária do magistério público nos três níveis da Federação.	100
977	ARE 1042075	Aferição da licitude da prova produzida durante o inquérito policial relativa ao acesso, sem autorização judicial, a registros e informações contidos em aparelho de telefone celular, relacionados à conduta delitiva e hábeis a identificar o agente do crime.	14
982	RE 860631	Discussão relativa à constitucionalidade do procedimento de execução extrajudicial nos contratos de mútuo com alienação fiduciária de imóvel, pelo Sistema Financeiro Imobiliário - SFI, conforme previsto na Lei n. 9.514/1997.	2
992	RE 960429	Discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado.	1
1000	RE 1133118	Discussão quanto à constitucionalidade de norma que prevê a possibilidade de nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, pela autoridade nomeante, para o exercício de cargo político.	1
1002	RE 1140005	Discussão relativa ao pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada.	12



TEMA	LEADING CASE	DESCRIÇÃO	SOBRESTADOS
1011	RE 827996	Controvérsia relativa à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, conseqüentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza.	35

* Relatório de enumeração de sobrestamentos por tema. Como um recurso pode ser sobrestado por diversos temas, os números não espelham a quantidade de recursos sobrestados. Este dado está disponível no relatório "Quantitativo de Sobrestados por Órgão Julgador".